

FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

# GUIA DO ESTUDANTE

Sociologia  
2º ano



EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO  
1990/91

FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

GUIA DO ESTUDANTE

XI



EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO  
1990/91

378(05)  
Guia

Guia do Estudante da FLUP. SOC: 2º Ano

Vol. 11, 1990-1991

Publicação anual

Dactilografia: Margarida Santos

Execução e impressão: Oficina Gráfica

Tiragem: 80

## GUIA DO ESTUDANTE - 1990

### INTRODUÇÃO

Na sequência do trabalho levado a cabo por anteriores Conselhos Directivos, edita-se no ano lectivo de 1990-91, pela 11<sup>a</sup> vez, o Guia do Estudante.

Como parte integrante da vida da Faculdade de Letras do Porto, o Guia pretende ser, fundamentalmente, um instrumento de informação útil para os alunos nos planos pedagógico, científico, administrativo e da utilização de serviços. Mas nele também cabe o registo de acontecimentos que, de uma ou outra forma, marcaram o trajecto desta instituição ao longo do passado ano lectivo.

Em 12 de Dezembro de 1989 foram aprovados os Estatutos da FLUP, momento assinalável na vida e autonomia da Faculdade e facto que implicou uma responsabilização acrescida de todos os sectores da Escola. Em 19 de Junho de 1990 coube à FLUP ser a primeira instituição no quadro da Universidade Portuguesa a outorgar o grau de doutor "honoris causa" a Sua Ex<sup>o</sup> o Presidente da República. Assinale-se ainda a continuação das obras do novo edifício da FLUP que, prosseguindo a bom ritmo, levarão à existência, a curto prazo, de um novo espaço de docência, estudo, investigação e convívio académico, onde novos desafios nos esperarão a todos - professores, alunos e funcionários - em termos de direitos conquistados e de deveres a cumprir. Será talvez o momento ideal para finalmente concretizar um modelo de funcionamento da Faculdade cujas linhas de força se paudem, cada vez mais, pelo profissionalismo, pela eficácia e pelo rigor, contornando deste modo uma por vezes excessiva dependência em relação a um espírito de boas vontades que, sempre louváveis, não chegarão para enfrentar o futuro dos anos 90.

Mas o primeiro grande desafio que se nos depara é já o do ano lectivo de 1990-91. Será seguramente mais um teste à capacidade de todos os que nesta casa trabalham. Será também um ano em que o Conselho Directivo, em colaboração com os demais órgãos de gestão e com a Associação de Estudantes, procurará empenhar-se no bom funcionamento de todas as actividades que na Faculdade tenham lugar. É também dentro desse espírito que se espera que o actual Guia possa valer como contributo importante.

Porto e Faculdade de Letras, Setembro de 1990

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO

\*\*\*\*\*

## ÓRGÃOS DE GESTÃO DA FACULDADE

Assembleia de Representantes  
Conselho Directivo  
Conselho Científico  
Conselho Pedagógico  
Conselho Administrativo  
Conselho Consultivo.

\*\*\*\*\*

## SERVICOS DA FACULDADE

### A - Secretaria

Sector de Matrículas e Inscrições  
" de Equivalências  
de Mudanças de Curso.  
Horário normal de abertura ao público:  
de 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> feira: 12H00 - 16H00  
Encerra ao Sábado.

### B - Tesouraria

Serviço de pagamento das cartas de curso  
"de venda de selos fiscais.  
Horário de atendimento:  
de 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> feira: 9H30 - 11H30  
14H30 - 16H30

Encerra ao Sábado.

### C - Biblioteca Central

A Biblioteca Central constitui um serviço de fundamental importância da FLUP e por isso tem merecido uma atenção particular por parte dos Conselhos Directivos.

São utentes de direito da Biblioteca os docentes e os alunos da FLUP. Em casos devidamente justificados, porém, outras pessoas podem utilizar os seus serviços, nomeadamente a pesquisa na Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase").

Para consulta das obras da Biblioteca Central os alunos devem possuir

o cartão de leitor, revalidado todos os anos depois de efectuadas as inscrições.

1. Tipos de leitura:

a) de presença: na Sala de Leitura (horário afixado);

na Sala de Obras de Referência (livre acesso);

b) domiciliária: normas regulamentares afixadas na Sala de Leitura.

2. Sala dos Catálogos:

a) Onomástico

b) Didascálico

c) CDU (Classificação Decimal Universal)

c) Cardex (Publicações Periódicas)

d) "Porbase" (através do terminal ligado em linha à Base Nacional de Dados Bibliográficos)

e) Base de dados local.

Como aceder à Base Nacional de Dados Bibliográficos:

1.Digite: GEAC.

2.Carregue tecla ENTER.

3.Digite: CAT.

4.Siga as instruções que aparecem no écran.

5.Se tiver dificuldade, dirija-se ao funcionário da Biblioteca, que dará as indicações necessárias para estabelecer a ligação.

Nota. As obras entradas depois de 1988 encontram-se integradas no ficheiro da Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase"), pelo que não devem ser procuradas nos catálogos tradicionais.

Tanto os catálogos tradicionais como a "Porbase" incluem também obras de alguns Institutos e Centros sediados na Faculdade, identificáveis pelas respectivas siglas.

Como é de norma em todas as Bibliotecas, as obras classificadas de "Reservados", as de "referência" (dicionários, encyclopédias), as teses e as revistas e publicações periódicas não podem ser requisitadas para leitura domiciliária.

O mesmo se aplica às obras pertencentes ao "Fundo Primitivo".

3. Horário de leitura:

2<sup>ª</sup> a 6<sup>ª</sup> feira: 8H30 - 18H00

Sábado: 9H00 - 11H30.

5. Os alunos inviduais dispõem do aparelho Optacon oferecido pela Fundação Calouste Gulbenkian e instalado na Biblioteca Central.

6. Servico de informação bibliográfica da Biblioteca Central da Faculdade:

Boletim Bibliográfico - Referente às obras entradas em cada semestre (publicado desde 1979)

Anexos do Boletim:

I - Teses existentes na Biblioteca Central (Junho de 1989)

II - Publicações dos Docentes da Faculdade, existentes na Biblioteca Central (Junho de 1989)

Boletim de Sumários, respeitante aos índices das publicações periódicas recebidas (iniciado em 1988)

"Reservados" da Biblioteca Central, Porto, 1989

"Boletim Temático", Porto, 1990.

\*\*\*\*\*

Para além da Biblioteca Central, existem na Faculdade Institutos, Salas e Centros de Investigação (estes dependentes do INIC):

Instituto de Estudos Ingleses

- " de Estudos Norte Americanos
- " de Estudos Germanísticos
- " de Geografia
- " de Cultura Portuguesa
- " de Arqueologia
- " de Documentação Histórica Medieval
- " de Filosofia e História da Filosofia
- " de História de Arte
- " de Língua Portuguesa
- " de Literatura Comparada
- " de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa
- " de Sociologia

Sala Francesa

- " Brasileira
- " Espanhola
- " Neerlandesa
- " de História Moderna
- " de História Medieval

Centro de História

- " de Linguística
- " de Estudos Semióticos e Literários.

Dependente da Reitoria da Universidade, mas sediado na FLUP, funciona o Centro Norte de Portugal-Aquitânia (CENPA).

Obs.: O acesso de alunos a algumas destas unidades está condicionado, de acordo com as normas da direcção de cada uma delas.

### C - Oficina Gráfica - Balcão de Vendas

Serviço de reprografia da Faculdade e de venda de publicações; apoia as actividades pedagógicas, de investigação e administrativas da escola. Preçário fixado pelo Conselho Directivo.

Horário de atendimento ao público:

2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> feira: 8H30 - 19H30

Sábados: 9H00 - 12H30.

\*\*\*\*\*

### BAR

Presentemente, o serviço de cafeteria e de "snack" é assegurado por exploração dependente da Associação de Estudantes da Faculdade.

Horário:

2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> feira: 8H30 - 19H00

Encerra ao Sábado, normalmente.

\*\*\*\*\*

### PARQUE DE ESTACIONAMENTO

Reservado aos elementos da FLUP. Entrada pela Travessa de Entre Campos. Possui zonas demarcadas, que devem ser respeitadas para comodidade de todos. Chama-se particular atenção para a área reservada à viatura da Faculdade, que deve manter-se sempre desimpedida.

No interior do parque aplicam-se todas as normas jurídicas sobre responsabilidade civil por danos causados a terceiros.

Horário:

2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> feira - 7H30 - 23H00

Sábados- 7H30 - 13H00.

\*\*\*\*\*

### ACTIVIDADE ESCOLAR

A. Cursos de Licenciatura

História (Variante Arte; Variante Arqueologia)

Filosofia

Línguas e Literaturas Modernas (Est. Port; Est. Port/Franc; Est.

Port/Ingl; Est. Port/Alem; Est. Ingl/Alem; Est. Franc/ Alem; Est. Franc/Ingl.)

Geografia  
Sociologia.

Curriculos em vigor em 1990/91:

1º, 2º, 3º e 4º anos - Port. nº 850/87

4º ano - Dec. nº 53/78

4º ano de Est. Portugueses (LLM): Dec. do Gov. nº 75/84.

5º ano de Sociologia - Seminário de Investigação

B - Cursos Profissionalizantes:

a) Ramo educacional:

regime transitório

regime normal (3º e 4º anos).

b) Tradução (regimes transitório e normal).

C - Cursos de pós-graduação (em funcionamento):

a) Mestrados: em História Medieval

História Moderna

Filosofia Social e Política

Filosofia do Conhecimento

Arqueologia

Educação (proposto)

b) Curso de Especialização em Ciências Documentais - Opção "Bibliotecas e Documentação"; Opção "Arquivos"

c) Curso de Conservador de Museu (proposto).

D - Curso de Português para Estrangeiros (em Julho).

\*\*\*\*\*

#### INDICAÇÕES PEDAGÓGICAS (Síntese):

Os alunos devem ter em atenção o regime e tabela de precedências em vigor, assim como as Normas de avaliação aprovadas pelo Conselho Pedagógico.

#### 1. RAMO EDUCACIONAL:

##### Regime transitório:

1º ano:

a) obrigatoriedade de frequência mínima a 2/3 das aulas;

b) os alunos que concluem a licenciatura têm direito a candidatar-

se à inscrição no 1º ano no primeiro curso aberto após a conclusão da licenciatura;

c) equivalências concedidas:

em Filosofia: Filosofia da Educação a Introdução às Ciências da Educação;

em LLM: Didáctica da Língua Inglesa a Metodologia do Inglês.

2º ano:

a) estágio nos locais fixados pela Direcção Regional de Educação do Norte;

b) seminário semanal na Faculdade (3 horas);

c) admissão ao estágio com aproveitamento em todas as disciplinas do 1º ano (na época de Julho; os alunos que terminam o 1º ano do regime transitório na época de Setembro em princípio só podem concorrer a lugares de estágio em Julho do ano seguinte).

Regime normal (Port. 850/87):

1. Candidaturas à inscrição, no 3º ano, nas disciplinas de: "Introdução às Ciências da Educação" (ICE), em todos os cursos,  
e

"Psicologia e Desenvolvimento da Aprendizagem" (PDA), em História e Filosofia.

2. Para poder candidatar-se ao ramo educacional - regime normal - o aluno deve estar em condições de passagem para o 3º ano do curso (isto é, com o máximo de duas disciplinas em atraso).

3. A média para seriação dos candidatos é calculada com base nas classificações da totalidade das disciplinas do 1º e do 2º ano, menos duas (se o aluno não tem disciplinas em atraso), ou menos uma (se só tem uma em atraso).

Obs.: Para os efeitos indicados no número precedente, não são levadas em conta as classificações mais baixas obtidas pelo aluno até à data.

Notas:

I - O regulamento dos estágios da FLUP, com a fórmula para o cálculo da classificação final, encontra-se publicado na Port. 659/88.

II - Os alunos devem ler com cuidado todos os avisos afixados sobre esta matéria antes de se dirigirem à Secretaria.

2. CURSOS DE TRADUÇÃO - Para alunos de LLM (Port. 850/87):

Regime transitório:

a) possibilidades:

Variante de Est. Port/Ingl - Trad. Port./Ingl.

" Est. Port./Franc. - Trad. Port./Franc.

" Est. Franc./Ingl. - Port./Ingl ou Port./Franc.

" Est. Ingl./Alem. - Port./Ingl. ou Port./Alem.;

b) obrigatoriedade de frequência mínima às aulas:

2/3 das aulas teóricas

50% das aulas práticas;

c) podem candidatar-se os interessados que possuam a licenciatura nas variantes atrás indicadas (e nas condições fixadas na Port. 850/87), devendo fazê-lo nos dois primeiros concursos abertos após a conclusão desse grau.

Regime normal - 3º e 4º anos de todas as variantes de LLM com línguas estrangeiras

a) Possibilidades:

Português-Inglês

Português-Alemão

Português-Francês.

Nota: O Conselho Científico manifestou-se a favor da abertura do Curso de Tradução nas restantes combinatórias de LLM (Inglês/Alemão; Inglês/Francês; Francês/Alemão), aguardando-se a necessária publicação no Diário da República.

b) Critérios de selecção:

os candidatos devem estar em condições de passagem para o 3º ano (isto é, com o máximo de duas disciplinas em atraso e desde que nenhuma delas seja a língua em que o interessado pretende fazer o Curso de Tradução).

\*\*\*\*\*

INDICAÇÕES ACADÉMICAS (Síntese):

1. No prazo de 7 dias a contar da afixação do respectivo aviso (ou pauta) ou da data do correio, os alunos devem dar cumprimento aos deferimentos favoráveis exarados nos requerimentos que tenham apresentado à Faculdade.

2. Reingressos, transferências, mudanças de curso:

Editais afixados em 8 de Outubro (inclusive)

Inscrições: de 9 a 15 de Outubro (inclusive)

Reclamações: de 9 a 15 de Outubro (inclusive)

3. Mudança de variante em LLM: os pedidos só podem ser considerados depois de os alunos terem completado todas as disciplinas do 1º ano em que se inscreveram; esta disposição aplica-se aos casos de retoma de estudos e de transferência de outras Faculdades congéneres, caso se traduzam, na prática, em mudança de variante; excluem-se os casos de alterações curriculares resultantes de situações contempladas na lei, como sejam as equivalências de planos de estudo.

4. Curso de Ciências Documentais (pós-graduação) - as disciplinas em atraso do curso anterior podem ser feitas no curso seguinte.

Notas:

1. Para as restantes informações, devem os alunos consultar o folheto Indicações Úteis aos Alunos, difundido gratuitamente pela Universidade do Porto.

2. Chama-se a especial atenção dos alunos para os avisos sobre a micro-radiografia.

## NORMAS DE AVALIAÇÃO

(Aprovadas pelo Conselho Pedagógico em 24.07.90)

No desempenho das funções que lhe competem pelo Artº 38º, ponto 2, alínea a) dos Estatutos da Universidade do Porto, publicados no Diário da República, I série, nº178, de 4-8-89 e pelo Artº 13º, ponto 6, alínea a) dos Estatutos da Faculdade de Letras, publicados no Diário da República, II série, nº29, de 3-2-90, e de acordo com as normas gerais respeitantes ao exame final definidos pela Portaria nº886/83 de 22 de Setembro, o Conselho Pedagógico aprovou em 24-7-90 as Normas de Avaliação de Conhecimentos para o ano lectivo de 1990-91.

As normas agora propostas introduzem modificações pontuais no texto em vigor no ano lectivo de 1989-90. Chama-se a atenção, no entanto, para os novos artigos 10º e 11º.

### CAPITULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artº 1º - Modalidades de avaliação. Admitem-se três modalidades de avaliação:

- I - Avaliação contínua.
- II - Avaliação periódica.
- III - Avaliação final.

§ único - Poderá existir uma combinação da avaliação contínua com qualquer outra forma de avaliação nos termos do nº 3 do Artº 11º das presentes Normas.

Artº 2º - Apresentação do plano de avaliação.

No início do ano lectivo, ao apresentar o programa da disciplina (conforme o disposto no Estatuto da Carreira Docente Universitária), deverá o docente apresentar o plano de avaliação e dialogar com a turma acerca dos seus diferentes aspectos, com explicitação dos objectivos pedagógico-didácticos, modalidades de avaliação, critérios e instrumentos de avaliação a utilizar.

§ 1º - Este plano de avaliação deverá ter em conta as condições concretas de funcionamento de cada disciplina, nomeadamente:

- a) número de alunos;
- b) número de docentes;
- c) natureza da disciplina.

§ 2º - Competirá ao Conselho Pedagógico, sempre que necessário, analisar todos os aspectos inerentes à elaboração e aplicação do referido plano de avaliação.

Artº 3º - Trabalhos de investigação.

Deve ser promovida a realização de trabalhos de investigação, in-

dividuais ou em grupo, a apresentar e discutir oralmente, na aula ou fora dela. Os docentes deverão acompanhar de perto a elaboração dos trabalhos em todos os trâmites.

Em função da participação individual, os alunos pertencentes a um mesmo grupo de trabalho poderão ter uma nota diferenciada, o que deve desde o início ser tornado claro pelo docente.

§ 1º Os alunos poderão ter acesso aos trabalhos elaborados pelos colegas desde que os autores desses trabalhos o autorizem e o docente recomende a sua divulgação.

§ 2º - Os docentes deverão proceder à publicitação da classificação dos trabalhos de investigação.

§ 3º - Desde que o trabalho de investigação seja considerado idóneo, ele deverá ser valorizado em pelo menos 1/3 da nota final; ou em 50% no caso de o trabalho substituir um dos dois elementos da avaliação periódica.

§ 4º - Considera-se um trabalho de investigação um trabalho escrito em que haja pesquisa bibliográfica e documental original e individualizada e cuja apresentação e dimensão obedecam a certos requisitos mínimos previamente acordados entre docentes e alunos.

#### Artº 4º - Reprovação em avaliação contínua e periódica.

Os alunos que reprovem na avaliação contínua ou periódica só poderão fazer exame final na época de recurso (Setembro), nas condições fixadas por lei.

#### Artº 5º - Consulta dos testes.

1 - Os alunos têm o direito de consultar os seus testes. No caso de prestação de prova oral, os alunos têm o direito de serem informados acerca da nota que obtiveram na prova escrita correspondente.

2 - Sendo possível provar a existência de qualquer irregularidade processual na classificação das provas, os alunos poderão dirigir uma reclamação ao Conselho Pedagógico, que tomará as providências necessárias no sentido de resolver a situação.

#### Artº 6º - Provas orais.

As provas orais de avaliação de conhecimentos devem realizar-se em salas com portas abertas ao público e perante um júri constituído pelo número mínimo de dois docentes ligados à área da disciplina.

#### Artº 7º - Notas quantitativas.

Todas as notas relativas a provas ou trabalhos que sirvam de fundamento à classificação final serão publicadas sob a forma de nota quantitativa (escala de 0 a 20).

#### Artº 8º - Arredondamento de notas.

As classificações a afixar, quando impliquem direito a uma prova oral ou dispensa de prova final, deverão ser arredondadas (ex.: 9,5=10 e 7,5=8).

**Artº 9º - Afixação das datas das provas.**

As datas das provas de avaliação periódica e final deverão ser afixadas com uma antecedência mínima de 15 dias.

**Artº 10º - Afixação de notas das provas orais.**

As notas das provas orais devem ser afixadas no próprio dia da prova.

**Artº 11º - Casos de fraude.**

1 - No início de cada prova o docente deverá informar claramente os alunos das condições de realização da prova.

2 - Em caso de fraude em flagrante susceptível de ser comprovada, o professor deverá anular a prova e comunicar o facto ao Conselho Pedagógico.

3 - Caso haja suspeitas bem fundamentadas de fraude de que no entanto não se tenha podido fazer prova, deverá o docente comunicar todas as informações de que dispõe ao Conselho Pedagógico. O Conselho Pedagógico deverá tomar posição depois de ouvidas todas as partes envolvidas.

4 - No caso de fraude grave comprovada, o Conselho Pedagógico comunicará o facto à Secção Disciplinar do Senado Universitário.

## **CAPITULO II - DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**

### **A - AVALIAÇÃO CONTÍNUA**

**Artº 12º - Tipos de provas.**

O processo de avaliação contínua constará de vários tipos de provas, tais como trabalhos de investigação, relatórios de leituras ou de trabalhos de campo, elaboração de bibliografias críticas, exposições feitas nas aulas, testes, provas orais. Uma das provas terá de ser um teste em presença, realizado na própria aula.

& 1º - Os alunos deverão ser claramente informados sobre qual o número mínimo de provas necessárias para a aprovação.

& 2º - Os alunos deverão ser informados de todos os elementos de avaliação, incluindo as provas orais e a participação oral nas aulas, assim como dos métodos de ponderação adoptados.

& 3º - As classificações da avaliação contínua devem ser afixadas em qualquer caso, indicando especificamente o resultado obtido em todos os momentos de avaliação realizados.

**Artº 13º - Número de alunos por turma.**

1 - A avaliação contínua poderá ser realizada em qualquer tipo de disciplina, em turmas cuja frequência média não exceda 30 alunos. Em certos casos, poderá haver alteração desse número, mediante prévia autorização do Conselho Pedagógico.

2 - De modo a possibilitar a realização de avaliação contínua, as disciplinas poderão ser organizadas em turmas teóricas e turmas práticas (1

teórica + 2 ou 3 práticas), sem prejuízo da carga horária prevista na distribuição de serviço e mediante acordo prévio do Conselho Directivo no que respeita à ocupação de salas.

3 - Caso exista uma nítida distinção entre aulas teóricas e aulas práticas, uma mesma disciplina poderá funcionar simultaneamente com dois tipos de avaliação: avaliação periódica ou final relativamente às aulas teóricas; avaliação contínua relativamente às aulas práticas. Em caso de avaliação negativa na componente teórica da disciplina, a classificação que o aluno tenha obtido na componente prática em avaliação contínua, desde que positiva, deverá ser considerada até à época de recurso ou especial do mesmo ano lectivo.

#### Art.º 14º - Obrigatoriedade de presenças.

A avaliação contínua obriga à presença do aluno no mínimo em 2/3 das aulas. A presença dos alunos deverá ser verificada pela assinatura de folhas de presença, sob a responsabilidade do docente.

§ Único - Na situação descrita nos números 2 e 3 do Artº 11º. os alunos ficam obrigados a este regime de presenças apenas em relação às aulas práticas.

#### Art.º 15º - Inscrição e desistência.

1 - A inscrição em avaliação contínua deverá ser feita no decurso do primeiro mês de funcionamento da disciplina.

2 - Os alunos poderão desistir da avaliação contínua, submetendo-se à avaliação final em Julho, até ao fim do primeiro período de avaliação periódica (línguas vivas) e nas restantes disciplinas até à primeira aula da disciplina a seguir às férias da Páscoa.

#### Artº 16º - Avaliação em seminários.

Nas disciplinas que funcionem em regime de seminário pode praticar-se a avaliação contínua.

Observação final - As disciplinas ou turmas que funcionem no regime de avaliação contínua poderão não interromper as aulas nos períodos de avaliação periódica.

### B - AVALIAÇÃO PERIÓDICA

#### Artº 17º - Tipo de provas.

O número de provas a realizar será no mínimo de duas, sendo uma obrigatoriamente em presença do docente e podendo ser a outra um trabalho realizado fora da aula, desde que previamente acordado entre docente e aluno.

Nas disciplinas em que se entenda necessária a realização de trabalhos práticos ou de campo, estes terão um estatuto próprio e a sua realização deverá ser previamente acordada entre docente e alunos, assim como a ponderação da avaliação respectiva.

Quaisquer outras provas - orais ou escritas - que venham a ser

realizadas no âmbito da cada disciplina serão facultativas.

§ 1º - A matéria versada nas provas será a que tiver sido leccionada até 8 dias antes da sua realização.

§ 2º - Sempre que as classificações das provas que excedam o número de duas sejam consideradas para efeito de média final, serão publicadas com as restantes.

**Artº 18º - Calendário das provas.**

O calendário das provas será oportunamente elaborado pelos Serviços Administrativos da Faculdade em colaboração com o Conselho Pedagógico, o Conselho Directivo e com a Associação de Estudantes. A sua elaboração deve obedecer aos critérios descritos na Observação final à Parte B do Cap. II.

**Artº 19º - Repescagem.**

Os alunos em avaliação periódica têm direito, nas condições abaixo indicadas, a uma prova de repescagem a realizar simultaneamente com a primeira chamada do exame final da época normal. Entre a afixação dos resultados das provas de avaliação periódica e a primeira chamada do exame final da época normal deverá mediar um intervalo mínimo de dois dias úteis (o sábado não deve ser considerado dia útil).

**Artº 20º - As condições referidas no artigo anterior são as seguintes:**

1 - Para que haja direito a uma prova de repescagem a nota da outra prova de avaliação periódica terá de ser obrigatoriamente positiva.

2 - Os alunos que tenham obtido uma nota igual ou inferior a sete valores numa das provas ou a ela tenham faltado deverão sujeitar-se a uma prova de repescagem sobre a matéria respeitante àquela prova.

3 - Ficam dispensados da prova de repescagem, embora possam realizá-la, os alunos que tenham obtido numa das provas nota de 8 ou 9 valores, desde que a média das notas das provas seja positiva. Esta dispensa não se aplica caso a média seja negativa, sendo então necessária repescagem relativa à prova em que o aluno tenha obtido 8 valores, para efeitos de aprovação em avaliação periódica.

4 - A nota obtida na prova de repescagem anula a nota da prova que substitui, não se seguindo o critério usado no exame destinado a melhoria de nota. Para que os alunos se considerem aprovados, a média final terá de ser positiva e em nenhuma das provas a nota poderá ser igual ou inferior a sete valores.

**Artº 21º - Em caso algum a prova de repescagem se destina a melhoria de nota, não podendo por conseguinte substituir uma prova classificada com nota positiva.**

**Artº 22º - Inscrição e desistência.**

1 - A inscrição do aluno na avaliação periódica far-se-á pela sua presença na primeira prova de avaliação, ou por declaração escrita entregue ao professor até à realização dessa mesma prova.

2 - É permitida ao aluno a desistência da avaliação periódica. Essa desistência deverá ser comunicada por escrito ao professor antes do final das aulas.

**Artº 23º - Tipos de provas em línguas vivas.**

No caso das línguas vivas, sem prejuízo do disposto nos artigos 16º, 17º e 18º na parte que lhes é aplicável, a avaliação periódica consta de dois tipos de provas: escritas e orais. As provas escritas precedem as orais e obrigam a uma média mínima de nove valores, tendo em conta os arredondamentos fixados no Artº 8º, sendo uma delas obrigatoriamente positiva.

§ 1º - Cabe aos Leitores fixar o momento da realização dessa prova oral, observando o intervalo mínimo de 48 horas após a afixação dos resultados das provas escritas.

§ 2º - A classificação final deve obter-se pela média entre a nota da prova oral e a média alcançada nas provas escritas.

§ 3º - A prova oral não pode ser entendida como prova de repescagem.

**OBSERVAÇÃO FINAL - Critérios para a elaboração do calendário de exames.**

1 - Na elaboração do calendário das provas de avaliação periódica deverá ser respeitada, na medida do possível, a distância mínima de 48 horas entre as provas de disciplinas obrigatórias do mesmo ano.

2 - Deverão ser reservados os últimos dias do bloco de avaliação para as provas das disciplinas de opção (tendo em conta o número de disciplinas e a especificidade de cada curso).

3 - Sempre que haja acordo prévio entre docentes e alunos, as provas de avaliação periódica poderão ser realizadas durante o período de aulas, sem prejuízo do normal funcionamento destas.

4 - Dadas as dificuldades na elaboração do calendário de provas nos cursos com múltiplas variantes, deverá ser previsto um prazo para reclamações relativas a coincidências de provas de disciplinas do mesmo ano. O prazo será de 48 horas depois de afixado o calendário das provas; as reclamações deverão ser dirigidas ao Presidente do Conselho Pedagógico, que poderá delegar num ou mais membros do Conselho o poder de resolução destas situações.

**C - AVALIAÇÃO FINAL**

**Artº 24º - Tipo de provas.**

O exame final é constituído por uma prova escrita e uma prova oral, devendo aquela anteceder sempre esta. A prova oral deve realizar-se de acordo com a estipulado no Art. 6º.

§ único - Nas disciplinas em que seja obrigatória a realização de uma prova prática no exame final (nas épocas normal ou de recurso), esta poderá

ser substituída por um trabalho prático ou de campo, previamente realizado ao longo do ano lectivo, desde que haja acordo entre professor e aluno; a ponderação desse trabalho na nota final deverá corresponder à da parte prática do exame final.

Artº 25º - Admissão à prova oral.

A nota mínima de admissão à prova oral será de oito valores, tendo em conta os arredondamentos fixados no Artº 8º.

Art.º 26º - Dispensa da prova oral.

Os alunos que tenham nota igual ou superior a dez valores ficam dispensados da prova oral; mas, mesmo dispensados, podem requerê-la, para o que devem dirigir-se à Secretaria no prazo de 48 horas após a afixação das notas da prova escrita.

Artº 27º - O artigo anterior não se aplica às línguas estrangeiras, em que a prova oral é sempre obrigatória, excepto no caso de não admissão previsto no Artº 23º.

Art.º 28º - O regime de obrigatoriedade de prova oral nas condições do número anterior poderá ser estendido a qualquer outra disciplina por decisão do Conselho Pedagógico, sob proposta do responsável pela disciplina e ouvido o responsável pela respectiva área do Conselho Científico.

Artº 29º - Ponderação da nota da prova oral.

Sempre que se realize uma prova oral, o resultado final será a média obtida entre a nota da prova escrita e a nota da prova oral.

#### ESCLARECIMENTOS SOBRE A AVALIAÇÃO FINAL

##### A - MELHORIA DE NOTA

1 - Os alunos que desejem fazer exames para melhoria de nota no ano seguinte àquele em que obtiveram a passagem nas disciplinas cujas notas pretendem melhorar têm de se cingir aos programas leccionados durante o ano lectivo em que terá lugar o novo exame e de prestar provas com o docente ou docentes que ministraram os referidos programas.

2 - Os alunos só poderão requerer melhoria de nota na época de recurso (Setembro) do mesmo ano em que tenham obtido aprovação na disciplina ou na época normal (Julho) do ano lectivo seguinte.

3 - Os alunos poderão requerer melhoria de nota relativamente a qualquer disciplina, não devendo ser tida em conta a restrição numérica prevista nestas Observações finais (cf. Ponto B destes Esclarecimentos).

4 - No caso de um aluno se submeter a exame para efeitos de melhoria de nota, prevalecerá a classificação mais elevada.

B - ÉPOCAS DE RECURSO (SETEMBRO) E ESPECIAL (DEZEMBRO)

1 - Na ausência do despacho especial do Reitor da Universidade, o número de exames que os alunos poderão realizar nas épocas de recurso e especial será o seguinte (cf. o Artº 9º da Portaria nº 886/83, de 22 de Setembro e resolução do Conselho Científico da F.L.U.P. de 28.5.84):

a) Época de recurso: exames de duas disciplinas anuais ou quatro semestrais.

b) Época especial: exames de duas disciplinas anuais ou quatro semestrais.

2 - Na época especial cada aluno pode prestar provas de exame final em disciplinas a cujo exame nas épocas normal ou de recurso não haja comparecido ou, tendo comparecido, dele haja desistido ou nele haja sido reprovado (até ao número máximo referido no Ponto 1), desde que, com a aprovação em tais disciplinas, reúna as condições necessárias à obtenção do grau ou diploma.

3 - Na época normal de exames finais (Julho) realizam-se duas chamadas para cada disciplina; nas épocas de recurso e especial realiza-se apenas uma.

\*\*\*\*\*

(Nota: O ponto de vista enunciado no Artº 18º das Normas de avaliação transcritas traduz unicamente a opinião do C. P.).

\*\*\*\*\*

Calendário das provas em 1990-1991  
(Emanado do Conselho Pedagógico)

Cursos de Licenciatura:

Avaliação periódica - Primeiras provas: de 4 a 23 de Fevereiro de 1991

" " - Segundas provas: de 11 a 27 de Junho de 1991

Exame final - Época normal: de 1 a 20 de Julho de 1991 (provas escritas)

" - Época de recurso: de 9 a 21 de Setembro de 1991  
(provas escritas).

Ramo educacional:

Avaliação periódica - Primeiras provas: de 4 a 23 de Fevereiro de 1991

" " - Segundas provas: 20 de Maio a 1 de Junho de 1991

Exame final - Época normal: 17 de Junho a 30 de Junho de 1991

" - Época de recurso: de 9 a 21 de Setembro de 1991

Publicações mais recentes da Faculdade de Letras:

Revista de Faculdade de Letras (dir. do Conselho Científico):

Séries de História, 1984/85/86/87/88/89

Filosofia, 1985 (2 números)/86/87/88

Línguas e Literaturas, 1984/85/86/87/88 (2 tomos)/89

Anexos desta série:

I - Problemáticas em História Cultural, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, 1987

II - Bibliografia Cronológica de Espiritualidade em Portugal - 1501-1700, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, 1988

III - Duas Línguas em Contraste Português e Alemão: Actas do 1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão, Porto, Instituto de Estudos Germanísticos, 1989

Geografia, 1985/86/87

Revista de História (Ed. do Centro de História, 1978 ss.. Em 1979/80 publicou as Actas do Colóquio sobre "O Porto na Época Moderna")

Portugalia (Instituto de Arqueologia), 1980 ss. (Em 1983/84 publicou as Actas do "Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste")

Runa (Coedição do Instituto de Estudos Germanísticos da FLUP), 1984  
I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia (Faculdade de Letras, Novembro de 1984), Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia (CENPA), 1986

II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, 2 vols., Porto, Centro de História, 1987

Victor Hugo e Portugal. Actas do Colóquio (no Centenário da sua Morte) (Faculdade de Letras, Maio de 1985), Porto, 1987

Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor, Porto, Institutos de Estudos Ingleses, 1988

La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation, Porto, Association Internationale des Sociologues de Langue Française/ Secção de Sociologia da FLUP, 1988

Encontro de Literatura Suíça (15-17 de Maio de 1989), Porto, Instituto de Estudos Germanísticos, 1989

Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a sua Época", 5 vols., Porto, Universidade do Porto - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989

"Fundo Primitivo" da Biblioteca Central. 1919-1928, Porto, 1989

Faculdade de Letras do Porto 1919-1931: Contribuição Bibliográfica para a sua História, por Adriano Eiras, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1989

Eça e "Os Maias". I Encontro Internacional de Queirosonianos (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1988), Porto, Edições ASA, 1990

## **PROGRAMAS**

Nota: 1. Os programas que se seguem encontram-se aprovados pelo Conselho Científico para o ano lectivo de 1990-91. As indicações constantes das bibliografias são da responsabilidade dos respectivos docentes.

2. Em virtude de o tratamento inicial dos programas haver sido feito na versão 4.2 do processador "Word Perfect" e de, para efeito de tiragem em impressora "laser", ter sido necessário convertê-los para a versão 5.0, encontrar-se-ão algumas anomalias na apresentação dos textos, de que se pedem desculpas.



Docente: Prof. Doutor Manuel Augusto Ferreira da Silva

1. Evolução das ideias sociais e políticas e a definição da situação do indivíduo e dos grupos sociais nas suas relações com o poder e com a história.

2. A racionalidade científico-técnica e o seu impacto sobre as componentes normativa e expressiva das culturas. Dialéctica do sistémico e do existencial. O problema dos valores.

3. Intervenção da racionalidade científica na ordem política. Modificação do conceito de sistema político. A racionalidade em questão.

4. O homem, a realidade social e a legitimação da acção. A liberdade e as instituições, o poder e a violência, a violência e o discurso, a justiça e a democracia.

#### BIBLIOGRAFIA

ARENOT, H. - Condition de l'homme moderne, Paris, Calmann-Lévy, 1983

"- Du mensonge à la violence, Paris, Calmann-Lévy, 1972

"- Le système totalitaire, Paris, Seuil, 1972

ARON, R. - Dix-huit leçons sur la société industrielle, Paris, Gallimard, 1962

"- L'opium des intellectuels, Paris, Calmann-Lévy, 1968

"- Les désillusions du progrès, Paris, Calmann-Lévy, 1969

"- Marxismes imaginaires, Paris, Gallimard, 1970

BAUDRILLARD - La société de consommation, Paris, Gallimard, 1974

BOBBIO, N. - Direito e Estado no pensamento de Emmanuel Kant, Brasília, Edit. Univ. de Brasília, 1984

CHATELET, F.; PISIER-KOUCHNER - Les conceptions politiques du XXe siècle, Paris, PUF, 1981

CHEVALIER, J.J. - Les grandes œuvres politiques de Machiavel à nos jours, Paris, Colin, 1970

DEUTSCH, K. - Política e governo, Brasília, Edit. Univ. de Brasília, 1983

DUVERGER, M. - Introduction à la politique, Paris, Gallimard, 1974

"- Sociologie politique, Paris, Edit. Sirey, 1966

FREUND, J. - L'essence du politique, Paris, Edit. Sirey, 1965

"- O que é a política?, Edit. Futura, 1974

FROMM, E. - Psicanálise da sociedade contemporânea, Rio de Janeiro, Zahar, 1965

GIDDENS, A. - Capitalismo e moderna teoria social, Lisboa, Presença, 1984

HABERMAS, J. - Raison et légitimité, Paris, Payot, 1978

ILlich, I. - La convivialité, Paris, Seuil, 1973

- LEFEVRE, H. - Contra os tecnocratas, Lisboa, Moraes, 1968  
LLANO-BALLESTEROS - Etica y política en la sociedad democrática,  
Madrid, Espasa-Calpe, 1981  
MORIN, E. - Introduction à une politique de l'homme, Paris, Seuil,  
1965  
"- Pour sortir du Vingtième Siècle, Paris, Nathan, 1981  
MARCUSE, H. - L'homme unidimensionnel, Paris, Minuit, 1968  
RIESMAN - La faute solitaire, Paris, Arthaud, 1964  
RODRIGUEZ ZUÑIGA - Raymond Aron y la sociedad industrial, Madrid,  
Instituto de la Opinión Pública, 1973  
SCHILING, K. - Histoire des idées sociales, Paris, Payot, 1962  
SCHUTZ,A. - Fenomenologia das relações sociais, Rio de Janeiro,  
Zahar, 1979  
TOUCHARD - História das ideias políticas, Lisboa, Europa-América,  
1970  
WEBBER, M. - Le savant et le politique, Paris, Plon, 1954  
WEIL, E. - Philosophie politique, Paris, Vrin, 1971

Docente: Dr<sup>a</sup> Teresa Pérez

1. Preliminares.
  - 1.1 Introdução.
  - 1.2. Funções da Estatística.
  - 1.3. Noções básicas: relações entre a Estatística e a Sociologia.
  - 1.4. Fases de um trabalho estatístico.
  - 1.5. Estatística e medição de variáveis.
    - 1.5.1. Medidas nominais.
    - 1.5.2. Medidas ordinais.
    - 1.5.3. Medidas de intervalo.
    - 1.5.4. Medidas de quociente ou proporção.
    - 1.5.5. Tipos de variáveis.
2. Estatística descritiva univariada: a lógica da análise comparativa.
  - 2.1. Importância da análise comparativa em Sociologia.
  - 2.2. Tipos de comparações.
    - 2.2.1. Comparações entre grupos.
    - 2.2.2. Comparações entre um grupo e um indivíduo.
    - 2.2.3. Comparação entre o resultado de um estudo e um resultado standard.
  - 2.3. Operações básicas de comparação.
    - 2.3.1. Organizações dos dados.
    - 2.3.2. Distribuições.
      - 2.3.2.1. Distribuição de frequências.
      - 2.3.2.2. Distribuição percentual.
      - 2.3.2.3. Distribuição acumulada.
    - 2.3.3. Percentis.
    - 2.4. Técnicas básicas de representação gráfica.
  3. Características de uma distribuição de frequência: tendência central, dispersão e forma. A distribuição normal.
    - 3.1. Características de uma distribuição univariada.
    - 3.2. Medidas de tendência central.
      - 3.2.1. Moda.
      - 3.2.2. Mediana.
      - 3.2.3. Média aritmética.
      - 3.2.4. Tipos especiais de médias.
      - 3.2.5. Relação e comparação entre as medidas de tendência central.
    - 3.3. Medidas de dispersão.
      - 3.3.1. Desvio absoluto, desvio médio absoluto.
      - 3.3.2. Variância e desvio padrão.
      - 3.3.3. Variáveis normalizadas.

- 3.4. Forma de uma distribuição.**
- 3.4.1. Características de assimetria e achatamento.**
- 3.4.2. Medidas de forma: momento.**
- 3.5. Distribuição normal.**
- 3.5.1. A curva normal.**
  
- 4. Inferência estatística.**
- 4.1. Introdução.**
- 4.2. Probabilidades: Noções básicas e definições.**
- 4.2.1. Propriedades matemáticas das probabilidades.**
- 4.2.2. Noções de análise combinatória.**
- 4.3. Noções sobre amostragem.**
- 4.3.1. Tipos de amostras.**
- 4.3.2. Amostras aleatórias simples.**
- 4.3.3. Estimadores e erros de amostragem.**
- 4.3.4. Determinação do tamanho de amostra.**
- 4.3.5. Outros tipos de amostragem probabilística.**
- 4.3.6. Amostragem não probabilística.**
  
- 5. Testes de hipóteses.**
- 5.1. Introdução.**
- 5.2. Uso dos testes em investigação.**
- 5.2.1. Formulação de hipóteses estatísticas.**
- 5.2.2. Escolha do teste.**
- 5.2.3. Nível de significância.**
- 5.2.4. Distribuição amostral.**
- 5.2.4.1. Teorema do limite central.**
- 5.2.4.2. Tendência central, variabilidade e forma de uma distribuição amostral.**
- 5.2.5. Região de rejeição: Testes unilaterais e bilaterais.**
  
- 6. Estatística descritiva bivariada.**
- 6.1. Distribuições bivariadas.**
- 6.2. Apresentação e análise de uma tabela bivariada.**
- 6.2.1. Cálculo de percentagens numa tabela.**
- 6.2.2. Distribuições condicionais mais complexas.**
- 6.3. Características de uma associação de duas variáveis.**
- 6.4. Obtenção de medidas de associação. Independência estatística e associação perfeita.**
  
- 7. Medidas de associação para variáveis nominais e ordinais.**
- 7.1. Medidas de associação para variáveis nominais.**
- 7.1.1. Coeficiente Lambda.**
- 7.1.2. Coeficiente Tau-y de Goodman Krushall.**
- 7.2. Medidas de associação para variáveis ordinais.**
- 7.2.1. Tipos e cálculos de pares.**

- 7.2.2. Coeficiente Tau-a de Kendell.
- 7.2.3. Coeficiente Gama de Goodman e Kruskal.
- 7.2.4. Coeficiente d de Somers.
- 7.2.5. Coeficiente Tau-b de Kendell.
- 7.2.6. Coeficiente rho de Spearman.
- 8. Medidas de associação para variáveis de intervalo; regressão e correlação.
  - 8.1. Equações de regressão linear.
  - 8.1.1. Relação entre duas variáveis estatísticas. Equação de uma recta.
  - 8.1.2. Equação de regressão e ajuste pelo método dos mínimos quadrados.
  - 8.2. Correlação. Coeficiente r de Pearson.
  - 8.3. Matriz de correlações.
  - 8.4. Considerações finais sobre a selecção e interpretação das medidas de associação.
- 9. Testes de decisão para o uso de duas amostras.
  - 9.1. Teste da diferença entre duas médias.
  - 9.2. Teste da diferença entre duas proporções.
  - 9.3. Teste do chi-quadrado para duas amostras.
  - 9.3.1. Teste do chi-quadrado para K amostras.
  - 9.4. Testes de hipóteses de associação.
    - 9.4.1. Coeficiente de contingente c.
    - 9.4.2. Teste para o coeficiente rho de Spearman.
    - 9.4.3. Teste para o coeficiente gama.
    - 9.4.4. Teste para o coeficiente tau.
- 10. Análise de variância.
  - 10.1. Introdução.
  - 10.2. Análise de variância com um só factor.
  - 10.3. Outros tipos de análise de variância.
  - 10.4. Testes de decisão para o caso de correlação e regressão simples.
  - 10.5. Análise de variância para variáveis não paramétricas.
    - 10.5.1. Análise de variância: teste de Kruskall-Wallis.
    - 10.5.2. Teste de Friedman para a análise de variância com dois factores.
- 11. Noções de Informática.

#### BIBLIOGRAFIA

MANUEL GARCIA, Fernando - Introducción a la estadística en Sociología,  
Col. "Textos", Madrid, Alianza Universidad, 1987

- 1979
- GRAIS, Bernard - Méthodes statistiques, Paris, Dunod, 1982  
" " - Statistique Descriptive, Paris, Dunod, 1982  
MURTEIRA, Bento - Estatística Descritiva, Lisboa, McGraw-Hill, 1979  
" " - Probabilidade e Estatística, Lisboa, McDraw-Hill,
- MEYER, Paul - Probabilidades. Aplicações à Estatística, Rio de Janeiro, LTC/LIDEL, 1983  
BLALOCK, Hubert - Social Statistics, McGraw-Hill, Inc., 1983  
APORTOL, Tom - Calculus, vol. II, New York, J. Wiley & Sons, 1967  
CALOT - Cours de Statistique Descriptive, Paris, Dunod, 1969

Docentes: Prof. Doutor António Teixeira Fernandes  
Dr<sup>a</sup> Paula Maria Guerra Tavares

#### 0. A demografia como ciéncia social (Introdução).

##### I - Análise demográfica

1. As fontes de natureza demográfica: significado dos dados e análise dos resultados.
2. Conceitos e indicadores de natureza demográfica
3. A análise dos fenómenos demográficos.
  - 3.1. Natalidade e fecundidade.
  - 3.2. Mortalidade.
  - 3.3. Movimento natural.
  - 3.4. Migrações.

##### II - Os modelos demográficos.

1. Validade e restrições dos modelos.
2. Os modelos de evolução da população.

##### III - O crescimento demográfico e as estruturas da população.

1. A evolução demográfica: significado e perspectivas.
2. A teoria da transição demográfica.
3. As estruturas demográficas e as estruturas sociais da população.

##### IV - O pensamento demográfico e as teorias da população.

1. A evolução do pensamento demográfico.
2. As políticas da população.
3. Economia e população: os contrastes demográficos no mundo contemporâneo.
4. O crescimento zero.

##### V - a situação demográfica portuguesa: tendências e perspectivas.

#### BIBLIOGRAFIA

- ARROTEIA, Jorge Carvalho - A evolução demográfica portuguesa, col. "Biblioteca Breve", nº 93, Lisboa, I.C.L.P., 1984
- DERRUAU, Max. - Précis de géographie humaine, Paris, Armand Colin, 1967
- GEOERGE, Pierre - Géographie de la population, col. " Que sais-je?", nº 1187, Paris, PUF, 1967
- HENRY, Louis - Démographie, analyse et modèles, Paris, INED, 1984
- MOUCHEZ, Philipe - Démographie, Paris, PUF, 1968

- NAZARETH, J. Manuel - Dinâmica da população, "Análise Social", XIV, 1978, p. 729-800
- "- O envelhecimento da população portuguesa, Lisboa, Ed. Presença/G.I.S., 1979
- "- Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais, Lisboa, Universidade Nova, 1981
- NOIN, Danil - La transition démographique dans le monde, Paris, PUF, 1983
- PRESSAT, Roland - Démographie sociale, 2<sup>a</sup> ed., Paris, PUF, 1978
- "- Dictionnaire de la démographie, Paris, PUF, 1979
- SAUVY, Alfred - La population, col. "Que sais-je?", n°148, Paris, PUF, 1975
- VERRIERE, Jacques - Les politiques de population, Paris, PUF, 1978

INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA CULTURAL

O programa será oportunamente distribuído.

## METODOLOGIA E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

Docente: Dr<sup>a</sup> Maria Isabel Correia Dias

1. Questões fundamentais de Epistemologia e Metodologia sociológicas (revisão e aprofundamento de algumas questões, tendo especialmente em conta a crítica das correntes fenomenologistas à tradição positivista das Ciências Sociais.

2. A elaboração de um programa de pesquisa empírica.

2.1. O papel da Teoria no processo de pesquisa empírica.

2.2. Os meios de trabalho teórico e as fases de pesquisa.

2.3. Os métodos de pesquisa empírica e as técnicas de recolha e análise de informação - descrição e proposta de classificação.

3. Os conceitos e sua operacionalização.

3.1. Problemas da construção de variáveis, da medida e da lógica das relações entre variáveis.

3.2. Causalidade e Explicação em Sociologia.

4. Metodologia da análise extensiva.

4.1. Técnicas de construção de amostras representativas de uma população.

4.2. Técnicas de inquérito.

4.2.1. O inquérito por questionário: problemas de planeamento, de elaboração e aplicação do questionário e de análise dos dados recolhidos.

4.2.2. Testes e medidas de atitudes e opiniões.

4.2.3. As entrevistas: tipologia segundo os objectivos e a técnica de execução.

5. Análise de Documentos: análise documental "Clássica" e análise de Conteúdo.

6. Metodologia dos estudos de caso.

6.1. Monografia e estudo de comunidades: dos procedimentos clássicos à sua crítica e reconversão.

6.2. Observação sistemática e observação participante.

6.3. Reflexão sobre as virtualidades e limitações de trabalho sociológico no terreno.

6.4. Abordagem biográfica: histórias da vida e genealogias.

7. Pesquisa orientada para a intervenção: a investigação-acção.

8. Experimentação: a extensão do método das Ciências Naturais às Ciências Humanas.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira - A Investigação nas Ciências Sociais, Lisboa, Presença, 1982
- BARDIN, Laurence - Análise de Conteúdo, Lisboa, Ed. 70, 1979
- BLALOCK, Hubert - Introdução a la Investigación Social, Buenos Aires, Amorrotv, 1970
- BULMER, Martin (ed.) - Sociological Research Methods - an Introduction, Londres, MacMillan
- GARCIA FERNANDO, Manuel - Introducción a la Sociología dística, Madrid, Alianza
- GHIGLIONE, Rodolphe; MATHALON, Benjamim - Les enquêtes sociologiques - théorie et pratique, Paris, Armand Colin, 1978
- GRAWITZ, Madeleine - Méthodes des sciences sociales, Paris, Dalloz, 1964
- JAVEAU, Claude - L'enquête par questionnaire, Éditions de l'Université de Bruxelles, Paris, 3<sup>a</sup> Edição
- MAINZ, Renalt; HOLM, K.; HOEBNER, P. - Introduction to empirical sociology, Middlesex, Penguin, 1976
- MILLS, Charles Wright - A Imaginação Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar, 1980
- PINTO, José Madureira - Questões de Metodologia Sociológica, (I), (II) (III), "Cahernos de Ciências Sociais, nº1,2,3, Porto
- RILEY, Matilda W.; NELSON, Edward E. (orgs.) - A observação Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar
- SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (orgs.) - Metodologia das Ciências Sociais, Porto, Afrontamento, 1987

## PRINCIPIOS GERAIS DE DIREITO

Docente: Dr. Paulo Ferreira da Cunha

### I. Perspectivas do Direito e do Pensamento jurídico

1. Perspectivas ontológicas e epistemológicas.

2. Perspectivas gnoseológicas e científico-pedagógicas.

3. Perspectivas axiológicas e sociológicas.

4. Perspectivas jurídico-políticas.

4.1. Direito e Estado.

4.2. Constituição e Constitucionalismo - perspectiva jurídica, conceitual e histórica.

5. Perspectivas quanto ao funcionamento e metodologia do Direito.

### II. O Direito na contemporaneidade (elementos de uma Tópica Jurídica):

1. Direito, Sociedade, Ciência, Natureza, Mito, Discurso, Razão, Moral, Política, Economia, Modernidade, Postmodernidade, etc.

2. Direito e Direitos (Direitos Humanos, direitos subjectivos, etc.)

### III. Análise descritiva do Direito

1. Semiótica jurídica e concepções de Direito.

2. Dimensões e funções.

3. Fundamentos, fins e princípios fundamentais do Direito.

4. Sistemas jurídicos comparados.

5. Das definições à descrição realista do Direito.

### IV. Teoria geral da norma jurídica

1. Teoria das fontes.

2. Epistemologia jurídica especial - ciências jurídicas materiais, ciências conexas e complementares. Abordagem mais detida das relações entre o Direito e a Sociologia.

3. Hermenêutica jurídica.

### V. Introdução à investigação e metodologia jurídicas

1. Sociologia, História, Geografia e Filosofia jurídicas - temas e problemas.

2. Temas e problemas exemplares de Direito Público e Direito Privado.

estão      **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** (as obras que sintetizam a orientação da cadeira assinaladas com \*\*)

3<sup>a</sup> ed., ANDRADE, Manuel de - Ensaio sobre a teoria da interpretação das leis, Coimbra, Arménio Amado, 1978

ARISTÓTELES - Obra Jurídica, Porto, Rés, 1989

- ASCENSÃO, José de Oliveira - O Direito. Introdução e Teoria Geral,  
 4<sup>a</sup> ed., Lx<sup>a</sup>., Verbo, 1987
- CHORÃO, Mário Bigotte - Introdução ao Direito, I. O Conceito de Direito, Coimbra, Almedina, 1989  
 " " " - Temas Fundamentais de Direito,  
 Coimbra, Almedina, 1986
- CRUZ, Sebastião - Actualidade e utilidade dos estudos romanísticos,  
 4<sup>a</sup> ed. do Autor, Coimbra, 1986  
 " " - Direito Romano I, 3<sup>a</sup> ed. do Autor, Coimbra,  
 1980
- CUNHA, Paulo Ferreira da - Direito, Asa, 1990 \*\*  
 " " " " - Introdução à Teoria do Direito,  
 Porto, Rés, 1987  
 " " " " - Mito e Constitucionalismo.  
Perspectiva coonatural e histórica, Coimbra, Separata do Suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, 1990 (distribuição Almedina) \*\*  
 " " " " - Pensar o Direito.I. Do realismo clássico à análise mítica, Almedina, 1990 \*\*
- " " " " - Problemas Fundamentais de Direito,  
 Porto, Rés, 1988  
 " " " " - O Procedimento Administrativo,  
 Coimbra, Almedina, 1987  
 " " " " - Quadros Institucionais. Do Social ao Jurídico, Porto, Rés, 1987
- ENGLISH, Karl - Introdução ao Pensamento Jurídico, 5<sup>a</sup> ed. port., Lx<sup>a</sup>, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988
- FALCÃO, José et alii - Noções Gerais de Direito, Porto, Rés, 1988
- GILISSEN, John - Introdução histórica ao Direito, ed. port., Lx<sup>a</sup>, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988
- GOYARD-FABRE, S.; SÈVE, R. - Les Grandes Questions de la Philosophie du Droit, Paris, PUF, 1986
- GUSMÃO, Paulo Dourado de - Introdução ao Estudo do Direito, 12<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Forense, 1986
- HAMPSTEAD, Lord Lloyd of; FREEMAN, M.D.A. - Lloyd's Introduction to Jurisprudence, 5<sup>a</sup> ed., London, Stevens & Sons, 1985
- HERVADA, Javier - Historia de la Ciencia del Derecho Natural, Pamplona, EUNSA, 1987  
 " " - Introducción crítica al Derecho Natural,  
 Pamplona, EUNSA
- HERVADA, Javier; CUNHA, Paulo Ferreira da - Direito. Guia Universitário, Porto, Rés, 1990
- LECLERCQ, Jacques - Do Direito Natural à Sociologia, trad. bras., S. Paulo, Livraria Duas Cidades, s/d.
- LEGAZ Y LACAMBRA, Luís - Filosofía del Drecho, 5<sup>a</sup> ed., Barcelona, Bosch, 1971
- MACHADO, João Baptista - Introdução ao Direito e ao discurso

legitimador, reimpr., Coimbra, Almedina, 1985

MENEZES, Djacir - Tratado de Filosofia do Direito, S. Paulo, Atlas, 1980

MONCADA, Luís Cabral de - Filosofia do Direito e do Estado, 2 vols., Coimbra, Coimbra Editora, 1953 e 1966

NEVES, António Castanheira - Curso de Introdução ao Estado do Direito, Coimbra, 1971-72 (policóp.)

" " " - artigos na Enciclopédia Pólis, Verbo, vvidd

PUY, Francisco - Tópica Jurídica, Santiago de Compostela, Imprensa Paredes, 1984

RADBACH, Gustav - Filosofia do Direito, 6<sup>a</sup> ed. port., Coimbra, Arménio Amado, 1979

" " - Introducción a la Filosofía del Derecho, 4<sup>a</sup> ed. cat., México, Fondo de Cultura Económica, 1974

REALE, Miguel - Licções Preliminares de Direito, 10<sup>a</sup>ed., Coimbra, Almedina, 1982

SANCHO IZQUIERDO, Miguel - Lecciones de Derecho Natural como una introducción al estudio del derecho, Pamplona, EUNSA, 1966

SANCHO IZQUIERDO, Miguel; HERVADA, Javier - Compendio de derecho natural, 2 vols., Pamplona, EUNSA, 1980, 1981

SANTIAGO NINO, Carlos - Introducción al análisis del derecho, 1<sup>a</sup> ed., esp., Barcelona, Ariel, 1983

SOARES, Rogério Ehrhardt - Direito Público e Sociedade Técnica, Coimbra, Atlântida, 1969

SOURIOUX, Jean Louis - Introduction au Droit, Paris, PUF, 1987

TEIXEIRA, António Braz - Sentido e Valor do Direito, Introdução à Filosofia Jurídica, Lisboa, Imprensa Nacional, 1990

TELLES, Inocêncio Galvão - Introdução ao estudo do Direito, reed., Lx<sup>a</sup>, s/e, 2 vols., 1988, 1989

TRUYOL SERRA, António - História da Filosofia do Direito e do Estado, 2 vols., Lx<sup>a</sup>, Instituto de Novas Profissões, I, 1985

VECCCHIO, Giorgi del - Licções de Filosofia do Direito, 5<sup>a</sup> ed. port., Coimbra, Arménio Amado, 1979

VILEY, Michel - Direito Romano, ed. port., Porto, Rés, no prelo

" " - Le Droit et les Droits de l'Homme, Paris, PUF, 1983

" " - La formation de la pensée juridique moderne, Paris, Montchrestein, 1975

VILEY, Michel - Philosophie du Droit, II vols., 3<sup>a</sup> ed., Paris, Dalloz, 1982

VINOGRADOFF, Paul - Introducción al Derecho, trad. cast., México, Fondo de Cultura Económica, 1957

S22      LÍNGUA VIVA II (Instrumento de Trabalho) - Inglês

Docente: Dr. Ian Charles Rowcliffe

WORK

Vocabulary and structures. Some investigations. You'll make a million bucks up there. Family happiness and wealth. In and out of work. Child labour.

LEISURE

Two playtime personalities.

UNEMPLOYMENT

The unemployed. The riddle of unemployment.

YOUTH

The ways of the young.

WELFARE

Theory of welfare. Designing for the dole. Reforming the welfare monster. Welfare spurs family breakdown.

SOCIOLOGY OF HEALTH

Identity-Who am I? She didn't understand what went wrong. (Do you?) Analysis from a sociological point of view. Teens need family not bureaucrats. The moral society. Child abuse. The National Health Service. How the other half dies. The lessons of AIDS. Tends in AIDS.

TOWN PLANNING

Community. How to manage housing. Urban regeneration - an urban legend. Dual approach on homelessness. The ghost of Rachman. Thamesmead: the new model town. Thatcher's blueprint for the inner cities. Bad town planning or how I became a prostitute. Plan your new town.

COMMUNICATION

Your Sunday newspaper. The best money can buy. Disinformation. The press and control.

## LÍNGUA VIVA II (Instrumento de trabalho) - Francês

Docente: Dr<sup>a</sup> Isabelle Serra

### Objectifs généraux

1. Développement de l'oralité.
2. Connaissance du Français écrit: acquisition d'un vocabulaire utile et nuancé; performances créatives.
3. Approfondissement des connaissances grammaticales acquises en première année.

### Programme

1. Amélioration de la compétence orale:
  - 1.1. Déchiffrage de documents.
  - 1.2. Exercices de mimétisme.
  - 1.3. Présentation de textes, exposés, débats.
  - 1.4. Jeu dramatique.

2. Elargissement des compétences à l'écrit:
  - 2.1. Compte rendus et commentaires de textes.
  - 2.2. Résumés de textes.
  - 2.3. Orthographe.

3. Perfectionnement des compétences grammaticales:
  - 3.1. Vérification des acquis.
  - 3.2. Systématisation des connaissances.
  - 3.3. Étude et emploi des tournures idiomatiques.
  - 3.4. Sensibilisation à la notion de variété de discours.

### NOTE.

Nous travaillerons tout au long de l'année, à partir de documents sonores et visuels, d'articles de presse en rapport avec les sujets étudiés en sociologie.

Les lectures obligatoires seront annoncés lors du premier cours.

Une bibliographie plus détaillée sera également fournie dans le courant de l'année.

### BIBLIOGRAPHIE

. Dictionnaire

ROBERT, P. - Le Petit Robert. Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française. paris, le Roebrt ed., dernière édition.

. Grammaire

BONNARD, H. - Code du français courant. Paris, Magnard, 1981

## ÍNDICE

PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO .....	1
ESTATÍSTICA PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS .....	3
ANÁLISE E TEORIAS DEMOGRÁFICAS .....	7
INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA CULTURAL .....	9
METODOLOGIA E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO .....	10
PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO .....	12
LÍNGUA VIVA II - INGLÊS .....	15
LÍNGUA VIVA II - FRANCÊS .....	16